

Factos relevantes ocorridos no 4.º Trimestre 2021

- **Covid-19:** Permanência da pandemia e das medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate, com expressão nos fluxos financeiros dos vários sectores do universo das PPP;
- **Comissões de negociação:** Constituição de 2 novas comissões de negociação para analisar e negociar, respetivamente: (i) os termos de partilha de benefícios decorrentes da eventual aprovação do pedido de autorização formulado pela Brisa para a instalação de uma farmácia na área de serviço da A5; e (ii) a proposta de refinanciamento e de partilha dos benefícios associados ao refinanciamento apresentada pela EGEEd do Hospital de Loures;
- **Hospital de Cascais:** Prorrogação do Contrato de Gestão do Hospital por um ano e emissão pelo júri do relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, no âmbito do procedimento lançado para a celebração de uma nova PPP para a gestão e prestação de cuidados de saúde no Hospital;
- **Terminal de Contentores de Alcântara:** Outorga do 4.º Aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração em Regime de Serviço Público do referido Terminal;
- **Beira Interior:** Alargamento do mandato da comissão de negociação constituída pelo Despacho da Coordenadora da UTAP n.º 10080/2020, para abranger os pedidos de REF formulados pela concessionária com fundamento nos impactos decorrentes da aplicação do novo regime de descontos aplicável às taxas de portagem;

Resolução de Litígios:

- ❖ **EGEst de Cascais:** Propositura pela EGEst junto do Tribunal Central Administrativo Sul, de uma ação de anulação da decisão arbitral proferida no âmbito da ação relacionada com o diferendo quanto à interpretação e execução das disposições contratuais que regulam as obrigações em matéria de formação de médicos internos;
- ❖ **EGEst de Loures:** Prolação de duas decisões arbitrais: (i) uma sobre o litígio relacionado com a responsabilidade pelos encargos com a assistência em ambulatório a doentes com VIH/SIDA; (ii) outra sobre a elegibilidade de atos de produção e à determinação dos procedimentos contratualmente aplicáveis para efeitos de monitorização e avaliação do cumprimento dos parâmetros de desempenho de serviço n.º 12 e 16 a 18;
- ❖ **EGEst Vila Franca de Xira:** Apresentação pelas EGEst e ARSLVT, junto da ERS, de um pedido de mediação do diferendo relacionado com a aplicação de pontos de penalização;
- ❖ **Fertagus:** Submissão pela concessionária de um pedido de REF, com fundamento no impacto financeiro da aplicação do Decreto-Lei n.º 19-A/2020.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP em 2021 ascenderam a 1 511,9M€, valor superior em 5% (65,9M€) face ao período homólogo.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	2021	Peso no Total	2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Rodoviário	1 250 090	83%	1 110 326	12,6%	1 218 344	103%
Ferroviário	52 723	3%	47 723	10%	53 605	98%
Aeroportuário	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Saúde	240 995	16%	317 747	-24%	276 479	87%
Portuário	(30 246)	-2%	(27 534)	-10%	(28 843)	105%
Oceanário	(1 661)	0%	(2 297)	28%	(1 037)	160%
TOTAL	1 511 901	100%	1 445 966	5%	1 518 547	100%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2021.

Nota:

(1) Os valores apresentados para o sector Portuário e o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo sector. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica, o que não corresponde ao resultado aritmético da variação dos valores apresentados (i.e., uma diminuição das receitas é apresentada como um aumento percentual dos encargos líquidos, e vice-versa).

(2) Os valores da coluna 2021P correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2021, com exceção do sector portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o sector institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

Principais variações dos encargos líquidos acumulados de 2021 face a 2020:

 **Rodoviário:** Aumento dos pagamentos por disponibilidade (+168,3M€) sendo de salientar que neste valor foram incluídos os pagamentos decorrentes do acordo obtido com a subconcessão do Baixo Tejo (+88,8M€) e dos pagamentos efetuados à subconcessionária do Algarve Litoral no âmbito do processo cautelar (+48,9M€).

 **Ferroviário:** Aumento dos pagamentos à MST (+5,0M€) decorrente da ocorrência em 2021 de pagamentos de compensação por insuficiência de tráfego referente a 5 trimestres, dado que em 2020 apenas ocorreram pagamentos referentes a 3 trimestres.

 **Rodoviário:** Diminuição de pagamentos por Compensações/REF (-24,2M€) e por serviço (-18,0M€).

 **Saúde:** Diminuição dos encargos com as EGEst (-73,7M€) decorrente do término do contrato da EGEst Vila Franca de Xira (-42,8M€) e da diminuição de pagamentos de reconciliação (-27,7M€) face a igual período do ano anterior.

Relativamente à execução orçamental, em termos globais os encargos líquidos encontram-se em linha com o valor orçamentado para 2021.

Sector Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos anuais do sector público com o **sector rodoviário** ascenderam a 1 250,1M€, representando um aumento de 13% face a 2020 (+139,8M€). Esta evolução é justificada pelo aumento dos encargos brutos (+10%) e pelo decréscimo das receitas de portagem (-1%).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	AC 2021	Peso no Total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Encargos brutos	1 554 828	100%	1 418 216	10%	1 574 385	99%
Pagamentos por Disponibilidade	1 432 994	92%	1 264 739	13%	1 313 444	109%
Concessões	752 658	48%	728 066	3%	755 173	100%
Subconcessões	680 336	44%	536 673	27%	558 270	122%
Custos com serviço de cobrança de portagem⁽¹⁾	35 774	2%	40 252	-11%	42 811	84%
Pagamento por serviço⁽²⁾	56 117	4%	74 139	-24%	70 041	80%
Compensações/REF's	11 867	1%	36 099	-67%	24 247	49%
Grandes Reparações	18 076	1%	2 988	505%	123 843	15%
Receitas	304 738	100%	307 890	-1%	356 042	86%
Concessões	270 062	89%	273 166	-1%	313 518	86%
Subconcessões	33 887	11%	33 260	2%	32 280	105%
Outros ⁽³⁾	789	0%	1 464	-46%	10 244	8%
Encargos líquidos totais	1 250 090		1 110 326	13%	1 218 344	103%
Taxa de cobertura	20%		22%		23%	87%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(2) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(3) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

O aumento face a período homólogo em 136,6M€ dos encargos brutos é explicado, entre diversos motivos, pelo seguinte:

- **Baixo Tejo:** Acerto de disponibilidade referente a anos anteriores, decorrente do acordo relativo à exclusão da ER-377-2 (+88,8M€);
- **Algarve Litoral:** Aumento de 48,9M€ relativos ao processo cautelar associado à ação arbitral principal de rescisão do contrato de subconcessão reformado, por conta de trabalhos já realizados pela subconcessionária (36,9M€) e uma componente mensal até que seja proferida decisão final nos autos principais;
- **Beira Interior, Grande Porto, Norte e Pinhal Interior:** Aumento dos pagamentos por disponibilidade realizados às concessionárias resultante da evolução contratualmente prevista das tarifas (+13,4M€);
- **Norte, Algarve e Norte Litoral:** Aumento dos pagamentos referentes a grandes reparações (+11,4M€);
- **Norte e Beiras Litoral e Alta:** Aumento dos pagamentos de reconciliação de disponibilidade em cerca de 7,9M€;

Nota: Esta versão flash deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.pt

(cont.)

- **Norte Litoral:** Variação positiva de cerca de 5,5M€ decorrente de pagamentos efetuados no âmbito da aplicação da cláusula de neutralidade fiscal;

Cujos efeitos foram parcialmente mitigados por:

- **Litoral Centro e Douro Litoral:** Não ocorrência de pagamentos de compensação para REF (-16,4M€), durante o período em apreço em comparação com o período homólogo;
- **Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Transmontana e Litoral Oeste:** Diminuição do valor dos pagamentos por serviço de 15,2€, decorrente da quebra de tráfego verificada em 2020 devido às medidas restritivas de circulação aplicadas no âmbito do combate à pandemia Covid-19 (o valor dos pagamentos por serviço têm por base o valor de tráfego total do ano anterior);
- **Litoral Oeste, Transmontana e Interior Norte:** Diminuição dos pagamentos por disponibilidade, decorrente da evolução contratualmente prevista (-10,2M€); e
- **Litoral Oeste e do Baixo Tejo:** Ausência de pagamentos de compensação, fruto dos acordos alcançados referentes aos litígios relativos aos Dispositivos Eletrónicos de Matrícula, em comparação com o período homólogo (-7,0M€).

A diminuição da receita de portagens (-3,2M€) é explicada maioritariamente pela introdução de descontos nomeadamente pela aplicação do novo regime de descontos que vigorou no 1.º semestre de 2021 (Portaria 309-B/2020, de 31 de dezembro) e para o restante período o regime de descontos constantes na Portaria n.º 138-D/2021, de 30 de junho.

Relativamente à execução orçamental os encargos brutos tiveram um desvio de -19,6M€, sendo que as principais variações foram:

- Ocorrência de pagamentos que estavam contemplados no orçamento em riscos e contingências e não nos encargos brutos relativamente às subconcessões: i) Baixo Tejo que teve um aumento de 74,1M€ face ao valor orçamentado, devido sobretudo a um pagamento de 88,8M€ apurado pela Comissão de Negociação e ao acerto de pagamentos efetuados até 2020; e ii) Algarve Litoral com pagamentos de 48,9M€, em cumprimento de decisão arbitral; e
- Valor de grandes reparações inferior em 105,8M€, registando-se o maior impacto nas concessões Beira Litoral/Beira Alta, Interior Norte, Costa de Prata e Norte Litoral (85,2M€).

A execução orçamental relativa à receita teve um decréscimo de 51,3M€ que se deve em grande medida ao efeito da aplicação da medida legislativa de descontos de portagem que entrou em 30 de junho (produziu efeitos a partir de 1 de julho Portaria n.º 138-D/2021) tendo o impacto estimado desta medida ascendido a 36,8M€ em termos de receita (de salientar que este efeito não foi contemplado nos pressupostos de elaboração do OE2021).

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde** em 2021 ascenderam a 241,0M€, representando um decréscimo de cerca de 76,8M€ (-24%) face aos encargos incorridos em 2020. Este decréscimo resulta da diminuição dos encargos associados às EG Estabelecimento (-27%) e às EG Edifícios (-7%) face ao período homólogo.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Hospitais PPP - Estabelecimentos	202 596	84%	276 291	-27%	238 058	85%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	179 188	74%	218 442	-18%	203 000	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	4 901	2%	44 843	-89%	11 549	
Protocolos/outros ⁽³⁾	18 507	8%	13 006	42%	23 509	
Hospitais PPP - Edifícios	38 399	16%	41 455	-7%	38 421	100%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	34 698	14%	37 336	-7%	34 526	
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	3 701	2%	4 119	-10%	3 895	
Encargos Totais	240 995	100%	317 747	-24%	276 479	87%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:
 (1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.
 (2) Pagamentos de reconciliação, nos termos contratualmente previstos, de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os devidos relativamente a períodos anteriores.
 (3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido no Hospital de Cascais, pagamentos referentes às doenças lisossomais no Hospital de Braga, realizados ao abrigo do programa específico de financiamento, previsto no Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, de 15 de setembro de 2009, (ii) valores pagos no âmbito do programa de financiamento (centralizado) para o tratamento da hepatite C crónica, estabelecido pelo Ministério da Saúde no ano de 2015.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
H. Cascais	85 201	35%	94 021	-9%	95 479	89%
EG Estabelecimento	75 974	32%	83 507	-9%	86 274	88%
EG Edifício	9 228	4%	10 514	-12%	9 206	100%
H. Braga	16 747	7%	13 311	26%	7 183	233%
EG Estabelecimento	9 645	4%	4 700	105%	-	n.a.
EG Edifício	7 101	3%	8 612	-18%	7 183	99%
H. Loures	103 046	43%	131 311	-22%	127 672	81%
EG Estabelecimento	88 905	37%	117 244	-24%	113 573	78%
EG Edifício	14 141	6%	14 067	1%	14 100	100%
H. VFXira	36 001	15%	79 103	-54%	46 144	78%
EG Estabelecimento	28 072	12%	70 841	-60%	38 212	73%
EG Edifício	7 929	3%	8 262	-4%	7 932	100%
TOTAL	240 995	100%	317 747	-24%	276 479	87%
Estabelecimentos	202 596	84%	276 291	-27%	238 058	85%
Edifícios	38 399	16%	41 455	-7%	38 421	100%

Nota: Esta versão flash deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.pt

As principais variações dos encargos de 2021 face a 2020 com as EG Estabelecimento foram:

- **Hospital de Cascais:** Redução do valor de pagamento de reconciliação em cerca de -7,2M€;
- **Hospital de Braga:** Embora o término da prestação de serviços clínicos em regime de parceria tenha terminado em 2019, em 2021 ocorreram encargos de 9,6M€, dos quais 8,3M€ decorrentes da uma Decisão arbitral e 4,0M€ referentes ao pagamento de reconciliação de 2018, tendo sido deduzido a este valor recebimentos de acertos (2,6M€) gerando um aumento de 4,9M€ face ao ano anterior;
- **Hospital de Loures:** Não ocorrência em 2021 de pagamentos de reconciliação (-27,7M€) o que constante com 2020 (ano em que ocorreram pagamentos referentes a 2 anos); e
- **Hospital Vila Franca de Xira:** Diminuição dos encargos em 42,8M€, explicado pelo término do contrato de gestão (junho de 2021) e pela não ocorrência de pagamentos de reconciliação.

O decréscimo dos encargos com as EG Edifícios de 2021 face a 2020 deve-se, essencialmente, à evolução das tarifas mensais contratuais (-2,6M€ no total).

Relativamente à execução orçamental o valor total dos encargos reais em 2021 *versus* o valor orçamentado para 2021 teve um desvio de, aproximadamente, 12,8% (-35,5M€). Relativamente às EG Estabelecimento o valor de execução orçamental foi de 85% enquanto nas EG Edifícios ascendeu a 100%.

As principais variações face ao valor orçamentado nas EG Estabelecimento foram:

- **Hospital de Cascais:** Execução inferior em 10,3M€ resultante da diminuição da atividade clínica e, consequentemente, do valor dos respetivos pagamentos;
- **Hospital de Braga:** Não foi contemplado pagamentos de reconciliação em 2021, no Relatório do OE2021 por se estimar que os mesmos iriam ocorrer no final de 2020. Os pagamentos que ocorreram no presente ano, tal como mencionado anteriormente, são essencialmente referentes a um pagamento parcial de reconciliação que acabou por ocorrer no presente ano bem como pelo valor do pagamento referente ao litígio decorrente da aplicação ilícita do ICM e Disponibilidade Urgência (incluído no Capítulo de Contingências no Relatório do OE2021);
- **Hospital de Loures:** Não ocorrência de pagamento de reconciliação em 2021, sendo que o mesmo estava orçamentado em sede de OE2021 pelo valor de 14,1M€ e diferença de 10,9M€ relativa à diminuição dos pagamentos contratuais, decorrente da menor atividade clínica face ao orçamento; e
- **Hospital de Vila Franca de Xira:** Não ocorrência do pagamento de reconciliação que tinham sido estimados no orçamento (-8,1M€).

Setor Portuário

Execução financeira

O valor acumulado de 2021 das receitas das parcerias **portuárias** ascendeu a 30,2M€, valor superior em 10% face ao período homólogo. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos fluxos financeiros em todos os portos, com especial destaque para o Terminal de Contentores de Sines XXI e ao Terminal de Carga a Granel de Leixões.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Porto de Douro e Leixões	21 678	72%	20 594	5%	21 069	103%
Terminal de Contentores de Leixões	18 253	60%	17 984	1%	18 435	99%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	3 426	11%	2 611	31%	2 633	130%
Porto de Lisboa	2 517	8%	2 052	23%	2 833	89%
Terminal de Contentores de Alcântara	2 517	8%	2 052	23%	2 833	89%
Porto de Sines	6 051	20%	4 887	24%	4 941	122%
Terminal de Contentores de Sines XXI	6 051	20%	4 887	24%	4 941	122%
TOTAL	30 246	100%	27 534	10%	28 843	105%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: Os fluxos financeiros referem-se a pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias, receitas, e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.

Oceanário

Execução financeira

O valor acumulado dos pagamentos realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascendeu a 1,7M€, valor inferior em 28% face ao período homólogo, essencialmente explicado pela redução da componente variável. A referida componente é calculada anualmente com base nas receitas da concessão no ano anterior, que sofreu uma redução devido ao impacto das limitações impostas decorrente da doença Covid-19.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Remuneração mensal	1 343	81%	1 343	0%	n.a.	n.a.
Componente variável	318	19%	953	-67%	n.a.	n.a.
TOTAL	1 661	100%	2 297	-28%	1 037	160%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

Nota: Esta versão flash deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.pt

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do sector público com o sector **ferroviário** ascenderam em 2021 a 52,7M€, um montante superior em 10% face ao registado no período homólogo.

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	AC 2021	Peso no total	AC 2020	Δ AC 2021/ AC 2020	2021P	% Execução
Concessão do MST	9 370	18%	5 724	64%	9 541	98%
Concessão Eixo Norte/Sul	-	0%	(2)	n.a.	-	n.a.
Subconcessão Metro do Porto	43 353	82%	42 002*	3%	44 063	98%
TOTAL	52 723	100%	47 723	10%	53 605	98%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

Nota: O valor assinalado com * sofreu uma correção face ao valor reportado no Boletim do 3º trimestre de 2020.

Esta variação é maioritariamente devida aos (i) pagamentos de compensação efetuados à concessão do MST por insuficiência de tráfego referente a 5 trimestres (enquanto que em 2020 efetuaram apenas pagamentos referente a 3 trimestres) e (ii) diminuição do valor referente a penalidades, no Metro do Porto, em cerca de 1,8M€.

Execução financeira

Os contratos de concessão a cargo da **ANA – Aeroportos de Portugal** não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas numa base recorrente para o setor público, as quais terão início apenas em 2023. Assim, não ocorreu qualquer fluxo financeiro em 2021 nem em 2020 como previsto.